



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Assessoria Técnico-Jurídica



PROCESSO: TC – 4499/989/23-4
ÓRGÃO: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE **OLÍMPIA**
ASSUNTO: CONTAS DO EXERCÍCIO DE **2023**¹

Senhora Assessora Procuradora-Chefe, Substituta.

Em atenção ao r. Despacho, Evento 188.1, face ao Relatório da UR-08 [Evento 141.66] concernente às contas da Prefeitura do Município de **Olímpia**, exercício de 2023; e à Defesa apresentada, Eventos 183.1/183.28, verifico, consoante planilha abaixo, consubstanciada na síntese procedida pela Fiscalização que, quanto aos itens sob análise desta Assessoria, as respectivas legislações, no que se refere aos índices legais, foram observadas:

TRANSFERÊNCIAS AO LEGISLATIVO - Os repasses atenderam ao limite constitucional?	Sim
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - Despesa de pessoal em dezembro do exercício em exame	28,85%
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - Atendido o artigo 21, I, da LRF?	Sim
ENSINO - Aplicação na Educação - artigo 212 da Constituição Federal-CF (mínimo 25%)	26,93%
ENSINO - Fundeb ¹ aplicado na remuneração dos profissionais da educação básica (mínimo 70%)	87,33%
ENSINO - Recursos do Fundeb aplicados no exercício (mínimo 90%)	92,54%
ENSINO – Fundeb: Se diferida, a parcela residual do montante recebido no exercício examinado (até 10%) foi aplicada até 30/04 do exercício seguinte?	Sim
ENSINO – Fundeb: Complementação União VAAT Despesa Capital (mínimo 15%)	Prejudicado
ENSINO – Fundeb: Complementação União VAAT – Aplicado no mínimo o Indicador para Educação Infantil (IEI)?	Prejudicado
SAÚDE - Aplicação na Saúde (mínimo 15%)	24,84%

¹ Resultado da apreciação das contas → exercícios de 2019 a 2021, Evento 141.66, à fl. 05:

Exercícios	Processos	Trânsito em julgado	Pareceres
2021	007221.989.20-5	20/02/2024	Favorável com advertência e determinação
2020	003238.989.20-6	15/12/2022	Favorável com recomendações
2019	004890.989.19-7	13/08/2021	Favorável com recomendações e determinações

2022 TC – 4268/989/22-5 DOE de 18/10/2024 → Favorável com recomendações.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Assessoria Técnico-Jurídica



Contudo, para completo atendimento às respectivas legislações [uma vez que nelas deve-se almejar o atingimento da finalidade precípua, qual seja: satisfazer a contento as necessidades dos Municípios] passo a abordar os apontamentos constantes do relatório da Inspeção que compõem a EPP [Execução das Políticas Públicas]² relativos à **Educação** e à **Saúde**:

I – Item B.3 - EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS – ENSINO (i-Educ/IEG-M) Faixa “B”, Evento 141.66:

Ocorrências:

- Falta de fidedignidade das informações prestadas; déficit de vagas nas creches municipais; a maioria dos motoristas do transporte escolar não possuem aprovação em curso de especialização em transporte escolar; muitos veículos do transporte escolar têm mais de 10 anos uso; o Conselho Municipal de Educação não aprovou as contas da Secretaria Municipal de Educação referentes ao exercício de 2023.

2

"O Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M) foi criado em 2015 pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo para medir a eficiência das 644 Prefeituras paulistas. Com foco em infraestrutura e processos, avalia a eficiência das políticas públicas em sete setores da administração saúde, planejamento, educação, gestão fiscal, proteção aos cidadãos (Defesa Civil), meio ambiente e governança em tecnologia da informação.

Com isso, oferece elementos que subsidiam a ação fiscalizatória do Controle Externo e da sociedade. Os resultados obtidos também produzem informações que têm sido utilizadas por Prefeitos e Vereadores na correção de rumos, reavaliação de prioridades e consolidação do planejamento dos municípios.

(...)

A iniciativa ainda possibilita a comparação de resultados entre municípios de mesmo porte, o que permite o intercâmbio de boas práticas e o aprimoramento constante das gestões.

O IEG-M possui cinco faixas de classificação, definidas a partir das notas alcançadas nos sete índices setoriais: altamente efetiva (A); muito efetiva (B+), efetiva (B), em fase de adequação (C+) e baixo nível de adequação (C).

Todas as informações obtidas são fornecidas pelas administrações municipais e validadas, por amostragem, pelas equipes de Fiscalização do TCESP. Desse modo, variáveis como 'gastos com educação', por exemplo, só poderão ser consideradas definitivas após o trânsito em julgado do parecer emitido pelo relator das contas de cada Prefeitura²."



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Assessoria Técnico-Jurídica



Item B.3.2. FISCALIZAÇÃO DE NATUREZA OPERACIONAL DO ENSINO:

- Diversas Unidades Escolares com problemas estruturais (pinturas descascadas, infiltrações, vazamentos, etc.) e falta de acessibilidade.
- Planejamento falho/deficiente e sem coesão entre as peças orçamentárias (PPA, LDO e LOA); - Veículos que realizam o transporte escolar com mais de 10 anos de uso, não havendo no planejamento previsão de substituição dessa frota, o que pode vir a comprometer o pleno atendimento dessa população no futuro.

A **Inspeção** ainda aponta:

Item D.1.2 - DEMAIS APURAÇÕES SOBRE O FUNDEB:

- O Município não atendeu às condicionalidades legais, em face do artigo 14 da Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, habilitando-se a receber a complementação VAAR.

II – Item B.4 - EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS - SAÚDE (i-Saúde/IEG-M) Faixa “B”, Evento 141.66:

Ocorrências:

- Falta de fidedignidade das informações prestadas; - Aprovação do Plano Municipal de Saúde 2022/2025 pelo Conselho Municipal da Saúde ocorreu após aprovação pela Câmara Municipal do PPA 2022/2025; o agendamento das consultas médicas na Atenção Básica e Atenção Especializada é realizado para dois ou mais pacientes no mesmo horário; a Prefeitura não realizou Plano de Ação Municipal para inclusão do Município à sua RAPS; nem todos os serviços assistenciais ofertados pelo CAPS e Unidades de Acolhimento (vagas) estão disponibilizados no sistema de regulação municipal.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Assessoria Técnico-Jurídica



Item B.4.1. FISCALIZAÇÃO DE NATUREZA OPERACIONAL DA SAÚDE:

- Diversas Unidades de Saúde necessitando de manutenção (paredes trincadas, pinturas descascando, sinais de infiltração); local com infestação de pombos e controle precário de medicamentos.

Não obstante a defesa apresentada, Evento 183.1, e mesmo estando a Origem em faixa “efetiva”: I-Educ → **B** e I-Saúde → **B**, considero imprescindível à Municipalidade promover a melhoria na efetividade dos serviços prestados aos Munícipes, associados à composição do **IEG-M**, concretizando providências face aos óbices registrados pela Fiscalização. Proponho recomendação nesse sentido.

Por pertinente, assinalo os apontamentos concernentes aos demonstrativos de **2021**, assim como de **2022**, anteriores às presentes contas, possibilitando, ao término do mandato do Gestor, traçar histórico alusivo aos índices de efetividade de Gestão Municipal [**IEG-M**] nas categorias sob análise [**Educação e Saúde**]:

2021 → TC - 7221/989/20-5:

I - ENSINO (IEG-M - i-Educ) - Índice B, Evento 90.99, às fls. 61/62:

Item C.2 – Foram identificadas falhas nessa dimensão que demandam efetivas providências da Administração Municipal, entre as quais destacamos: – Nem todos os estabelecimentos de ensino da rede pública municipal possuíam Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros - vigente no ano de 2021: (16, no total de 27 estabelecimentos), em desacordo ao Decreto Estadual nº 63.911, de 10/12/2018. – A Prefeitura não disponibilizou em sítio na internet: correio eletrônico ou outro canal de contato direto com o conselho, atas de reuniões, relatórios e pareceres e outros documentos produzidos pelo conselho do Fundeb, contrariando o § 11 do artigo 34 da Lei Federal nº 14.113/2020. – A Prefeitura Municipal não está atingindo todas as metas do Plano Municipal de Educação dentro do prazo, contrariando o artigo 3º do Plano Nacional de Educação - PNE (Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014).

II - SAÚDE (IEG-M - i-Saúde) - Índice B, Evento 90.99, às fls. 62/63:

Item D.2 – Foram identificadas falhas nessa dimensão que demandam efetivas providências da Administração Municipal, entre as quais destacamos: – Nem



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Assessoria Técnico-Jurídica



todas as metas previstas para os indicadores do Plano Municipal de Saúde (2018-2021) foram atingidas, comprometendo a eficácia das ações governamentais.

- Nem todas as unidades de saúde possuem AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros) ou CLCB (Certificado de Licença do Corpo de Bombeiros), contrariando Decreto Estadual nº 63.911/2018 e Lei Federal nº 6.437/1977.
- Havia unidades de saúde que necessitavam de reparos (conserto de janelas, rachaduras, infiltrações, fiação elétrica, substituição de azulejos danificados etc.) em dezembro de 2021.
- Não há Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS) específico elaborado e implantado para seus profissionais de saúde em âmbito municipal.
- Houve itens com desabastecimento (falta do medicamento) superior a um mês, contrariando o artigo 98 do Anexo XXVIII da Portaria de Consolidação nº 2 do Ministério da Saúde, de 28 de setembro de 2017.

2021: TC - 7221/989/20-5 [Decisão Favorável → DOE de 29/11/2023]:

verifica-se do voto, às fls. 09/10, Evento 244.3, Relatoria Conselheiro Robson Marinho:

...“Quanto ao setor educacional, após retificações promovidas pela fiscalização, o município investiu na manutenção e desenvolvimento do **ensino** o equivalente a 26,21% da receita oriunda de impostos e transferências, atendendo ao artigo 212 da Constituição Federal, e da receita proveniente do FUNDEB, 80,60% foram aplicados na remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício, dando cumprimento ao art. 212-A, XI, da Constituição Federal e ao art. 26 da Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020.

Ainda sobre o FUNDEB, a instrução processual revela que até 31/12/2021 foi aplicado 94,22% de referidos recursos, observando o percentual mínimo de 90%. Todavia, ainda que por meio de crédito adicional aberto para tal finalidade, a administração não utilizou a parcela diferida no 1º quadrimestre do exercício seguinte, na medida em que o saldo total do FUNDEB até o primeiro quadrimestre de 2022 foi de 99,66% de referidos recursos, não se atendendo ao art. 25, caput e § 3º, da Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020. Nesse caso, não obstante as considerações do MPC, entendo que tal desacerto não é motivo suficiente a rejeitar as presentes contas e pode, na excepcional situação dos autos ser relevado, tendo em vista que foi utilizado percentual superior ao fixado pelo texto legal (90%) e diante da jurisprudência até então firmada por esta e. Corte de Contas sobre a questão. Ao caso, no entanto, cabe expressa determinação para que essa diferença seja compensada até o final do exercício seguinte ao trânsito em julgado desta decisão.

Nas ações e serviços públicos de **saúde**, os órgãos de instrução atestaram que a administração aplicou o correspondente a 24,86% da arrecadação de impostos, atendendo, portanto, ao que prescreve o artigo 7º, da Lei Complementar nº 141/12.

A qualidade desses gastos, com base no indicador IEGM, não pode ser considerada ineficiente, pois a Prefeitura manteve a nota B (efetiva) nos dois setores. A fiscalização registrou algumas anomalias, pormenorizadas no relatório que antecede este voto, que requerem especial atenção do gestor para sua pronta regularização.”

...



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Assessoria Técnico-Jurídica



2022 → TC - 4268/989/22-5:

I - ENSINO (IEG-M - i-Educ) - Índice C+, Evento 58.75:

Item B.3: Falta de fidedignidade na prestação de informações para apuração do IEG-M2022; - A Prefeitura não possui o Plano Municipal pela Primeira Infância; - A Prefeitura possui turmas de Creches, Pré-Escola e Anos Iniciais do Ensino Fundamental com quantitativos de alunos por metro quadrado superiores ao recomendado pelo Conselho Nacional de Educação; - Os Programas não possuem um objetivo mensurável e suas ações não são acompanhadas de metas objetivas, sendo expressas em percentuais ou unidades, mas sem informação do quantitativo sobre o qual devem ser aplicados; - A Prefeitura Municipal não tem atingido metas do Plano Municipal de Educação: Meta 18 - provimento em cargos efetivos de no mínimo 80% dos profissionais de magistério, Meta 7 – atingir as médias nacionais para o IDEB, Meta 1 – ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 70% das crianças de até 3 (três) anos; - A Prefeitura Municipal não atingiu a meta do IDEB (6,70) para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) no ano da última avaliação (2021), alcançando o resultado de 6,30; - Déficit de 252 vagas ofertadas para Creche, com lista de espera de 348 vagas para matrículas iniciais e 139 vagas para transferências, que indicam, por parte do Executivo Municipal, um melhor estudo e distribuição das vagas por áreas do município, bem como a construção de novas creches e/ou ampliação de novas salas; - Investimento na Educação de 43,23% da dotação orçamentária atualizada, dissonante com as Metas do Plano Municipal de Educação, diante da situação deficitária encontrada em vagas ofertadas para Creche (Ensino Infantil) e a necessidade de reformas e manutenção em unidades escolares; - Unidades Escolares necessitando de reformas e manutenção; e - 10 das 27 Unidades Escolares não possuem AVCB.

II - SAÚDE (IEG-M - i-Saúde) – Índice B, Evento 58.75:

Item B.4: Falta de fidedignidade na prestação de informações para apuração do IEG-M2022; - A aprovação do Plano Municipal de Saúde 2022-2025 pelo Conselho Municipal da Saúde ocorreu após a aprovação do PPA 2022-2025 pela Câmara Municipal; - A aprovação da Programação Anual de Saúde de 2022 pelo Conselho Municipal da Saúde ocorreu após a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2022 pela Câmara Municipal; - Não houve treinamento específico aos membros do Conselho Municipal de Saúde; - A Prefeitura não divulga na internet o parecer conclusivo sobre o Relatório Anual de Gestão (RAG); - O município não possui Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS) para os profissionais da saúde; - Os Programas não possuem um objetivo mensurável e suas ações não são acompanhadas de metas objetivas, sendo expressas em percentuais, mas sem informação do quantitativo sobre o qual devem ser aplicados; - Não houve a implantação do Prontuário Eletrônico do Paciente (PEP) no setor de Ambulatório de Referência e Especialidades por falta de infraestrutura de rede informática nos consultórios médicos; - Aumento significativo dos casos notificados e confirmados de dengue; - a Prefeitura não atingiu a meta estabelecida pelo Programa Nacional de Imunizações (PNI) em 2022; - 12 das 24 Unidades de Saúde não possuem AVCB; - Unidades de Saúde necessitando de reformas e manutenção; - Construção de nova unidade básica de saúde prevista para início em 21/06/2022 não iniciada, cujo atraso não foi informado no Painel de Obras - TCESP.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Assessoria Técnico-Jurídica



TC - 4268/989/22-5 [Decisão Favorável → DOE de 18/10/2024]:

verifica-se do voto, às fls. 20/24, Evento 148.3, Relatoria Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo:

...“A par dos indicadores econômico-financeiros, a avaliação da gestão municipal não pode prescindir da análise dos resultados efetivos alcançados pelas políticas públicas— exame que é feito, no âmbito desta Corte de Contas, por meio do **Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEGM**.

Nesse sentido, o Município de Olímpia obteve o conceito geral “B”, que, segundo os critérios de classificação adotados pelo índice, designa gestão caracterizada como “efetiva” e que evidencia o cumprimento dos padrões que qualificam a maior parte dos aspectos abordados pelo instrumento, contudo é imprescindível que sejam adotadas medidas para sanar as deficiências identificadas.

O relatório apontou inconsistências em diversas áreas (descritas a seguir), cujas correções são fundamentais para promover uma gestão mais eficiente, transparente e responsável, assegurando que os recursos públicos sejam utilizados de forma estratégica e eficaz, atendendo às necessidades da população. Independentemente da nota obtida, a busca por melhorias contínuas é essencial para que o Município alcance padrões de excelência, contribuindo para o desenvolvimento local e para a qualidade dos serviços oferecidos.

[...]

Quanto às dimensões que constituem o IEG-M, na Educação, o Município regrediu em relação ao exercício anterior passando de uma gestão “efetiva” (B) para a nota C+ (em fase de adequação), indicando a necessidade de adoção de medidas corretivas para melhorar a efetividade dos serviços educacionais.

Principais problemas identificados no i-Educ incluem as imprecisões nos dados do IEG-M 2022, ausência do Plano Municipal pela Primeira Infância, e turmas com excesso de alunos por metro quadrado. Além disso, constou que a Prefeitura não atingiu metas importantes do Plano Municipal de Educação, tais como o provimento de cargos efetivos para o magistério e a nota do IDEB.

Diante das reiteradas contratações temporárias de professores no Município, que atingiram 43,42% do total de docentes em 2022, é imperativo que a Administração adote medidas imediatas para regularizar essa situação. A prática de contratação temporária, além de violar o caráter de transitoriedade e excepcionalidade previsto no artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal, evidencia a necessidade permanente de pessoal, que deve ser atendida por meio de concurso público. Ademais, o não cumprimento da Meta 18 do Plano Municipal de Educação, que prevê o provimento de no mínimo 80% dos cargos docentes de forma efetiva, compromete a qualidade e a continuidade dos serviços educacionais. Portanto, recomenda-se que o Município suspenda as contratações temporárias e promova concurso público para garantir a ocupação regular dos cargos de professor, assegurando a conformidade com os preceitos constitucionais e a melhoria na prestação dos serviços educacionais.

Ainda no âmbito educacional, o Município não atingiu a meta projetada para os anos iniciais do ensino fundamental do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) na última avaliação realizada.

Outro ponto crítico é a demanda não atendida por vagas em creches, revelando a incapacidade do sistema educacional em atender às necessidades da população infantil do Município:

NÍVEL	DEMANDA POR VAGAS	OFERTA DE VAGAS	RESULTADO
Ens. Infantil (Creche)	1765	1513	-252

A esse respeito, não há como minimizar a gravidade da situação, tendo em vista que o acesso incondicionado à educação infantil, mediante a admissão de crianças de 0 a 5



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Assessoria Técnico-Jurídica



anos em creches e pré-escolas, constitui um dever fundamental atribuído ao Poder Público por força do artigo 208, IV, da Constituição Federal.

Sobre o assunto, a Prefeitura anunciou a criação de novas vagas⁴ cuja regularização efetiva deverá ser monitorada na próxima inspeção *in loco*.

Desse modo, cumpre recomendar à Prefeitura que acompanhe as oscilações das demandas dirigidas a seus estabelecimentos de ensino, a fim de que, constatada a tendência de saturação das respectivas capacidades de atendimento, adote providências para ampliá-las de maneira tempestiva e suficiente, sem prejuízo da manutenção da qualidade dos serviços oferecidos.

Nas ações e serviços públicos de saúde, o Município atingiu a nota “B” (efetiva). Tal resultado, sem embargo dos méritos que traduz, não afasta a necessidade da adoção de medidas destinadas a superar os obstáculos que prejudicam a qualidade e a resolutividade dos serviços disponibilizados à população local, tais como: imprecisões nos dados do IEG-M 2022, atrasos na aprovação de planos de saúde, falta de treinamento para o Conselho Municipal de Saúde e ausência do Plano de Carreira para os profissionais dessa área. Os programas carecem de metas claras, o Prontuário Eletrônico não foi implementado, houve aumento nos casos de dengue e a meta de imunização não foi atingida. Além disso, 12 das 24 unidades de saúde estão sem AVCB e muitas precisam de reformas, incluindo a construção de uma nova unidade básica, que ainda não começou.

Assim, embora o resultado no i-Saúde tenha sido satisfatório, há uma evidente necessidade de um planejamento mais eficaz, melhorias nas infraestruturas e maior transparência nas ações voltadas à saúde pública municipal.”

...

CONCLUSÃO:

A Prefeitura empregou o correspondente a **26,93%** da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências na Manutenção e Desenvolvimento do **Ensino**, em cumprimento ao disposto no artigo 212 da Constituição Federal³.

³ Artigo 212 da Constituição Federal:

A União aplicará, **anualmente, nunca menos de dezoito**, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios **vinte e cinco por cento, no mínimo**, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Assessoria Técnico-Jurídica



Relativamente aos recursos provenientes do **FUNDEB** - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, o Município aplicou:

→ **100%** dos recursos auferidos do FUNDEB, sendo no exercício **92,54%** observando o percentual mínimo de 90%, constatando-se a utilização da parcela diferida no 1º quadrimestre do exercício seguinte, em atendimento ao preceituado no § 3º do artigo 25 da Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020⁴.

→ **87,33%** na remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Básica, em atenção ao inciso XI, do artigo 212-A, da Constituição Federal e ao artigo 26 da Lei nº 14.113/2020⁵ [mínimo 70%].

Artigo 25 da Lei nº 14.113 de 25 de Dezembro de 2020

Lei nº 14.113 de 25 de Dezembro de 2020

Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de que trata o art. 212-A da Constituição Federal; revoga dispositivos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007; e dá outras providências.

Art. 25. Os recursos dos Fundos, inclusive aqueles oriundos de complementação da União, serão utilizados pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, no exercício financeiro em que lhes forem creditados, em ações consideradas de manutenção e de desenvolvimento do ensino para a educação básica pública, conforme disposto no art. 70 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

§ 1º Observado o disposto nos arts. 27 e 28 desta Lei e no

§ 2º deste artigo, os recursos poderão ser aplicados pelos Estados e pelos Municípios indistintamente entre etapas, modalidades e tipos de estabelecimento de ensino da educação básica nos seus respectivos âmbitos de atuação prioritária, conforme estabelecido nos §§ 2º e 3º do art. 211 da Constituição Federal.

§ 2º A aplicação dos recursos referida no caput deste artigo contemplará a ação redistributiva dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios em relação a suas escolas, nos termos do § 6º do art. 211 da Constituição Federal.

§ 3º Até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.

4

5

Artigo 26 da Lei nº 14.113 de 25 de Dezembro de 2020

Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de que trata o art. 212-A da Constituição Federal; revoga dispositivos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007; e dá outras providências.

Art. 26. Excluídos os recursos de que trata o inciso III do caput do art. 5º desta Lei, proporção não inferior a 70% (setenta por cento) dos recursos anuais totais dos Fundos referidos no art. 1º desta Lei será destinada ao pagamento, em cada rede de ensino, da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Assessoria Técnico-Jurídica



Com relação à **Saúde**, a Municipalidade aplicou:

→ **24,84%** do produto da arrecadação dos impostos, a que se refere o artigo 156 e dos recursos de que tratam os artigos 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º, em observância ao disposto no artigo 77, inciso III, c/c § 4º do ADCT da Constituição Federal⁶ [mínimo 15%].

No que diz respeito à **Execução das Políticas Públicas** {**Educação** e **Saúde** → temas mais sensíveis à análise dos demonstrativos}, constata-se que:

O Município, tanto no **Ensino/Qualificação (I-Educ)**⁷, quanto na **Saúde/Qualificação (I-Saúde)**⁸ registrou conceito **B**, dentro da linha de efetividade [faixa de gestão efetiva]. Todavia, tendo em vista as irregularidades apontadas [fls. 18/33 e 34/44, Evento 141.66], proponho recomendação para que a Prefeitura busque o necessário ajustamento, concretizando medidas corretivas,

⁶ [Constituição Federal de 1988](#)

Art. 77. Até o exercício financeiro de 2004, os recursos mínimos aplicados nas ações e serviços públicos de saúde serão equivalentes: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

III - no caso dos Municípios e do Distrito Federal, quinze por cento do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

⁷ Índice de Efetividade da Gestão Municipal (**i-Educ**/IEG-M), Evento 141.66, à fl. 18:

EXERCÍCIOS	2020	2021	2022	2023
i-Educ	B	B	C+	B

⁸ Índice de Efetividade da Gestão Municipal (**i-Saúde**/IEG-M), Evento 141.66, à fl. 34:

EXERCÍCIOS	2020	2021	2022	2023
i-Saúde	B	B	B	B



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Assessoria Técnico-Jurídica



consoante determinações deste Tribunal de Contas, em especial e com urgência no que se refere ao **déficit de vagas nas creches municipais**⁹.

Diante do exposto, manifesto-me, propondo recomendação, pela aprovação das contas.

À consideração de Vossa Senhoria.

A.T.J., 10 de janeiro de 2025.

Rosângela Terezinha Querino de Oliveira
Assessoria Técnica

⁹ Evento 141.66, às fls. 19/20:

“Embora a Prefeitura municipal tenha feito uma pesquisa/estudo para levantar o número de crianças que necessitavam de Creches em 2023, foi informado que não havia déficit de vagas em creches, entretanto a fiscalização apurou **déficit de 261 vagas** (questões 1.13 e 1.14).”

“Conforme informado no IEG-M/i-Educ-2023 havia **déficit de 261 vagas nas creches em 31/12/2023** (questões 1.13 e 1.14), todavia foi apurado pela fiscalização, **no primeiro semestre, déficit de 483 vagas** (evento 112.36).”